



FACULDADE DE DIREITO DE ITU – FADITU
Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional
Ano de 2019

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Itu, março de 2020

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
1.1. Informações da Mantenedora	3
1.2. Cursos em atividade ofertados pela IES em 2019	3
1.3. Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA	4
2. INTRODUÇÃO	4
3. METODOLOGIA.....	5
3.1. Etapas do Planejamento do Processo de Autoavaliação Institucional.....	6
3.1.1. Etapas da Organização	6
3.1.2. Etapas de Desenvolvimento	6
4. DESENVOLVIMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO NA FADITU EM 2019.....	10
4.1. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	11
4.2. Eixo 4 – Políticas de gestão.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. Informações da Mantenedora

- **Mantenedora:** Organização Sorocabana de Assistência e Cultura LTDA. - OSAC
- **IES/Código:** Faculdade de Direito de Itu – FADITU / 440
- **Endereço:** Avenida Tiradentes, 1817 - Parque Industrial - Itu – SP
- **Caracterização da IES:** Faculdade Privada com Fins Lucrativos

1.2. Cursos em atividade ofertados pela IES em 2019

- **Bacharelado em Direito**
Regime Acadêmico: semestral
Duração do Curso: 10 semestres
Número de vagas: 275
Número de alunos matriculados em 2019: 659 estudantes
- **Bacharelado em Administração**
Regime Acadêmico: semestral
Duração do Curso: 8 semestres
Número de vagas: 100
Número de alunos matriculados em 2019: 31 estudantes
- **Bacharelado em Ciências Contábeis**
Regime Acadêmico: semestral
Duração do Curso: 8 semestres
Número de vagas: 100
Número de alunos matriculados em 2019: 26 estudantes

1.3. Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Membros titulares	Segmento que representa
Ailton Bueno Scorsoline*	Coordenações Institucionais
Prof. Rui Luiz Lourensetto Júnior	Corpo Docente
Maria Aparecida Rosa da Luz Benedetti	Corpo Técnico-administrativo
Beatriz Muracami Araujo Francischinelli	Corpo Discente
Alessandro Cardoso de Sá	Sociedade Civil

(*) Coordenador da CPA

2. INTRODUÇÃO

A Faculdade de Direito de Itu, mantida pela Organização Sorocabana de Assistência e Cultura Ltda., é uma instituição de educação superior criada pelo Decreto nº 64.895/1969, publicado no DOU em 18/07/1969, sendo autorizada para oferta do curso de bacharelado em Direito, possuindo, sinteticamente, o seguinte histórico:

- Foi instalada, inicialmente, no prédio do Seminário Nossa Senhora do Carmo em 1969;
- Em 1978 a FADITU transferiu-se para seu atual endereço, na Avenida Tiradentes, no Parque Industrial. Em 1998 ampliou suas instalações para receber novos núcleos de atividade acadêmica: o Núcleo de Pós-Graduação e Extensão (NPGE) e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ);
- Em 1999 a Faculdade iniciou seus cursos de Pós-Graduação Lato Sensu com qualificação para a docência do ensino superior em várias áreas do Direito. Nos anos de 2001 e 2002 a faculdade ampliou a infraestrutura física, com a disponibilização de novas salas de aula, ampliação da biblioteca e a inauguração de um auditório com capacidade para 150 pessoas;
- No ano de 2001 inicia sua primeira experiência no processo de autoavaliação institucional, iniciativa esta promovida antes da

promulgação da Lei Federal nº 10.861/04. A partir de então, a faculdade institui a obrigatoriedade da constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a realização do processo de autoavaliação segundo diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SiNAES)

- A partir do ano de 2015 deu início a ampliação de seus cursos de graduação, obtendo autorização para o funcionamento dos cursos de bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Relações Internacionais e Engenharia de Produção, além do curso Tecnológico de Gestão Pública. Desses cursos, somente os dois primeiros estão em funcionamento, estando os demais aguardando demanda suficiente para abertura de novas turmas.

A nova Comissão Própria de Avaliação foi instituída pela Portaria FADITU nº 03/2019, iniciando os trabalhos de Planejamento da autoavaliação institucional da FADITU, com a indicação de membros representativos da comunidade acadêmica interna (relações institucionais, docentes, técnicos administrativos e alunos) e comunidade externa (indicação de membros representativo da sociedade civil organização - Ordem dos Advogados do Brasil).

De forma coletiva, os membros da CPA analisaram o relatório de autoavaliação anterior (2018) e organizaram as ações baseadas no Projeto de Autoavaliação da FADITU para o triênio 2018-2020, cuja diretriz previa a coleta de informações inerentes aos Eixos 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e Eixo 4 (Políticas de Gestão).

Foram definidas as metodologias de coleta das informações necessárias à realização da autoavaliação, realizados os processos de obtenção das informações e, ao final, elaborado o presente relatório parcial.

3. METODOLOGIA

A Comissão Própria de Avaliação baseou todo o seu trabalho na coleta de informações de forma democrática em todos os setores institucionais, de modo a refletir esse espírito tanto na organização das reuniões e participação

nas decisões internas da CPA, como também na busca de informações disponíveis nos documentos institucionais e na busca da opinião dos partícipes da comunidade acadêmica sobre os aspectos avaliados.

A Comissão também avaliou que, questões mais específicas, tais como a sustentabilidade financeira, seriam tratadas diretamente com os gestores responsáveis pelo setor equivalente na IES, confrontando-se as informações coletadas com atas de reuniões de colegiados e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da FADITU.

3.1. Etapas do Planejamento do Processo de Autoavaliação Institucional

3.1.1. Etapas da Organização

- Obtenção de apoio logístico para o desenvolvimento de todas as etapas do processo;
- Definição das diretrizes e metodologias de coleta das informações e dos dados;
- Estabelecimento de calendário contendo todas as etapas de aplicação do processo.

3.1.2. Etapas de Desenvolvimento

- **Etapa 1.** Apresentação e divulgação, junto à comunidade acadêmica, de relatório síntese da Autoavaliação Institucional 2019, de modo a estimular participação no processo de 2020;
- **Etapa 2.** Sensibilização da comunidade acadêmica, visando o início das atividades de aplicação do Projeto de Autoavaliação Institucional;
- **Etapa 3.** Desenvolvimento das etapas do processo de autoavaliação de acordo com a metodologia apresentada no Projeto de Autoavaliação;

- **Etapa 4.** Discussão ampla, no âmbito da CPA, dos resultados obtidos visando à elaboração de um diagnóstico compartilhado e a proposição de ações de melhoria;
- **Etapa 5.** Elaboração do informe final de autoavaliação institucional contendo a identificação das fragilidades, fortalezas e potencialidades identificadas e, como consequência, indicação da promoção e/ou modificação de políticas institucionais que demandarão programas, projetos e ações a serem empreendidos no aperfeiçoamento institucional;
- **Etapa 6.** Divulgação dos resultados com a presença dos dirigentes que devem declarar o compromisso com as ações visando o desenvolvimento institucional. Nesta oportunidade, é preciso chegar a um perfil compartilhado de prioridades, ou seja, identificar as demandas que a IES deve prioritariamente atender e aquelas em que pode haver um atendimento em médio prazo. Os dirigentes institucionais só devem comprometer-se com as ações que a instituição tem meios para executar, dentro de prazos viáveis;
- **Etapa 6.** Divulgação e debate dos resultados junto à Comunidade Acadêmica, veiculando relatórios sínteses no site e outros procedimentos de comunicação junto aos estudantes, docentes e funcionários técnicos administrativos.

Salienta-se, ainda, que as informações levantadas pela Comissão Própria de Avaliação da FADITU devem ser suficientemente abrangentes, claras e fidedignas para permitir a elaboração de informes de autoavaliação que reflitam a realidade institucional, bem como a maturidade acadêmica. Somente desta forma, o diagnóstico pode ser preciso e orientar o planejamento e a execução das ações visando à consolidação institucional.

Em consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065 de 09 de outubro de 2014, esta Comissão Própria de Avaliação organizou seu trabalho para que o Processo de Autoavaliação se desenvolvesse trienalmente. Nesse sentido, nos dois primeiros anos, a Comissão Própria de Avaliação elabora relatórios parciais e, ao final desse período, em 2020 (março/2021) será

apresentado o relatório final, com todas as informações consolidadas do triênio. Nesse contexto, a CPA teve sua função ampliada, de modo a também acompanhar as ações decorrentes da autoavaliação institucional.

Nesse aspecto, após discussões, o regulamento para a vigência do período trienal de 2018-2020, com a postagem do relatório integral até 31 de março de 2020, contemplou o seguinte cronograma:

ANO 1 - 2018

Eixo 3 - Políticas acadêmicas (dimensões 2, 4 e 9)

Dimensão 2 - Políticas para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão

Dimensão 4 - Comunicações com a sociedade

Dimensão 9 - Políticas de atendimento a estudantes e egressos

Eixo 5 – Infraestrutura Física (dimensão 7)

Dimensão 7 - Infraestruturas físicas.

ANO 2 – 2019

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8)

Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação Institucional

Eixo 4 – Políticas de gestão (dimensões 5, 6 e 10).

Dimensão 5 - Políticas de pessoal, a carreira do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição

Dimensão 10 - Sustentabilidades Financeira.

ANO 3 – 2020

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (dimensões 1 e 3)

Dimensão 1 - Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3 - Responsabilidade social da Instituição

Consolidação do relatório trienal

A elaboração desse cronograma de autoavaliação teve como principal objetivo partir da elaboração de um planejamento de ações para a implantação do processo de avaliação interna da IES e, a identificação do funcionamento da IES em face das políticas institucionais implantadas. Posteriormente, contrastar essas políticas com a forma de gestão e, ao final, contribuir para a construção de uma consciência que possa reavaliar todos os processos.

Esse processo seguramente colaborará para a elaboração do futuro Plano de Desenvolvimento Institucional, de modo a refletir as aspirações de todos os integrantes dessa comunidade, tomando-se por base a realidade vivenciada pela faculdade, segundo os vários olhares de seus partícipes.

Nesse sentido, ficou definido o cronograma de ações para o ano de 2019:

Quadro 01 – Cronograma de desenvolvimento das ações da CPA – calendário 2019

ETAPAS	2019					2020		
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
1. Apresentação e divulgação do projeto								
2. Sensibilização da unidade								
3. Desenvolvimento das etapas do processo								
4. Discussão, no âmbito da CPA, dos resultados								
5. Elaboração do Relatório Parcial								
6. Divulgação dos resultados								

O desenvolvimento de atividades por parte da CPA neste calendário de 2019, conforme previsto, focalizou a coleta de informações pertencentes aos Eixos 1 e 4.

A operacionalização da Avaliação constou de reuniões dos integrantes da CPA para definição de regulamento que disciplinasse a realização da

autoavaliação, optou-se pela coleta de opinião da comunidade acadêmica por meio da aplicação de questionários, na forma eletrônica, acessados pela internet no endereço do portal universitário, de forma anônima. Responderam os questionários 670 (seiscentos e setenta) estudantes, 9 (nove) funcionários administrativos e 26 (vinte e seis) docentes, representando um excelente nível de amostragem. A instituição possui ferramenta para o tratamento de dados que possibilitou a compilação das respostas em diferentes estratificações de análise.

A dimensão relacionada à sustentabilidade financeira constou de análise de documentos institucionais, além da elaboração de questionários específico ao gestor financeiro da IES, a fim de confrontar as informações coletadas, bem como elucidar eventuais dúvidas.

Com base nas informações colhidas, a Comissão dedicou-se à compilação, ao cruzamento e à análise completa dos dados, passando, em seguida, ao trabalho de buscar a significação dessas informações e dos seus cruzamentos. O trabalho de consolidação do presente relatório só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

Ao final da análise e discussão das informações, acerca da situação institucional verificada para cada um dos Eixos avaliados e respectivas Dimensões do SINAES, foi elaborado um quadro contendo as fragilidades e potencialidades identificadas, referentes aos vários indicadores de qualidade de cada dimensão. São apresentadas, ainda, as ações para explorar as potencialidades e atuar corretivamente nas fragilidades.

Os resultados da autoavaliação institucional são utilizados como subsídio para o planejamento e a gestão, cujo relatório parcial será objeto de discussão junto aos gestores e colegiados institucionais, bem como apresentado à comunidade acadêmica.

4. DESENVOLVIMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO NA FADITU EM 2019

Em reunião da CPA, realizada em 09/11/2019, foram definidas as questões, a data e o período em que alunos, docentes e funcionários técnicos

administrativos responderiam sobre os questionários de autoavaliação, conforme os eixos abaixo especificados.

4.1. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Segundo verificado pela Comissão Própria de Avaliação, a Faculdade de Direito de Iturubá possui uma cultura de autoavaliação institucional anterior à instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e as regulamentações decorrentes deste, que remontam desde o ano de 2000. A partir da regulamentação pelo SINAES, a instituição de educação superior implementou uma estrutura voltada ao atendimento às normativas estabelecidas pela CONAES e MEC, organizando as ações anualmente.

Até o ano de 2015, a CPA realizava, estabelecida em seu projeto de trabalho, a organização das ações mensalmente, avaliando-se as 10 (dez) dimensões, prioritariamente com a consulta da comunidade acadêmica, por meio de questionários, e análise de documentos. Ao final do processo, todas as informações coletadas do público acadêmico e análise dos documentos institucionais, analisadas à luz das dimensões avaliadas, eram organizadas no formato de relatório anual, o qual servia para divulgação junto aos gestores, público interno, externo e postagem no sistema e-MEC.

A partir do ano do processo de avaliação de 2015, em atendimento à Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, a CPA reorganizou os trabalhos desenvolvidos, de modo a implantar o processo de autoavaliação institucional trienalmente, apresentando-se nos dois primeiros anos relatórios parciais e, ao final desse ciclo, no terceiro ano, a consolidação dos dados e ações implementadas durante o período. Todas essas modificações foram recepcionadas pela instituição, com a organização de um novo Projeto de Autoavaliação Institucional, o qual regulamenta as ações a serem seguidas pela Comissão Própria de Avaliação.

A Comissão Própria de Avaliação apurou que, ao longo dos anos a autoavaliação na FADITU, as informações coletadas e sugestões da CPA têm contribuído para o desenvolvimento institucional, tanto no aspecto infraestrutural (como, por exemplo, colocação de ar condicionados nas salas de aula, sala para

CPA, gabinetes para docentes em tempo parcial), como também na oferta de novos cursos de graduação, pós-graduação e mudanças metodológicas nos cursos.

Neste ano de 2019, no questionário relacionado ao presente Eixo 1 – Planejamento e avaliação institucional, a CPA consultou docentes, alunos e funcionários acerca da “eficiência da divulgação dos resultados da autoavaliação realizada pela CPA” e a percepção que a comunidade acadêmica possui sobre “as ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA”, de acordo com o grau de satisfação (muito insatisfatório, insatisfeito, medianamente satisfeito, satisfeito e muito satisfeito). Em relação ao primeiro questionamento, obtiveram-se os seguintes resultados:

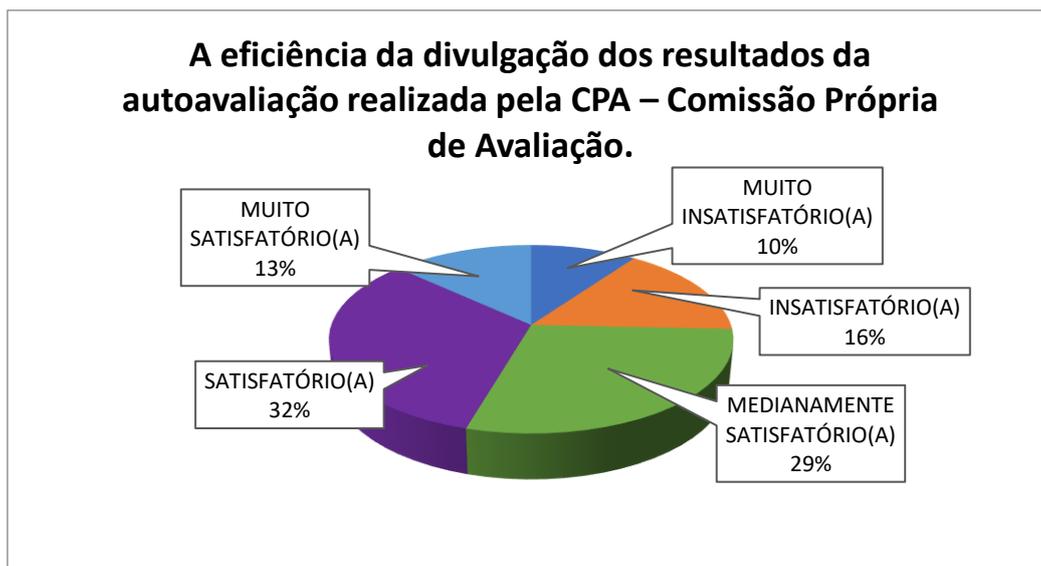


Gráfico 01: Discentes - A eficiência da divulgação dos resultados da autoavaliação realizada pela CPA

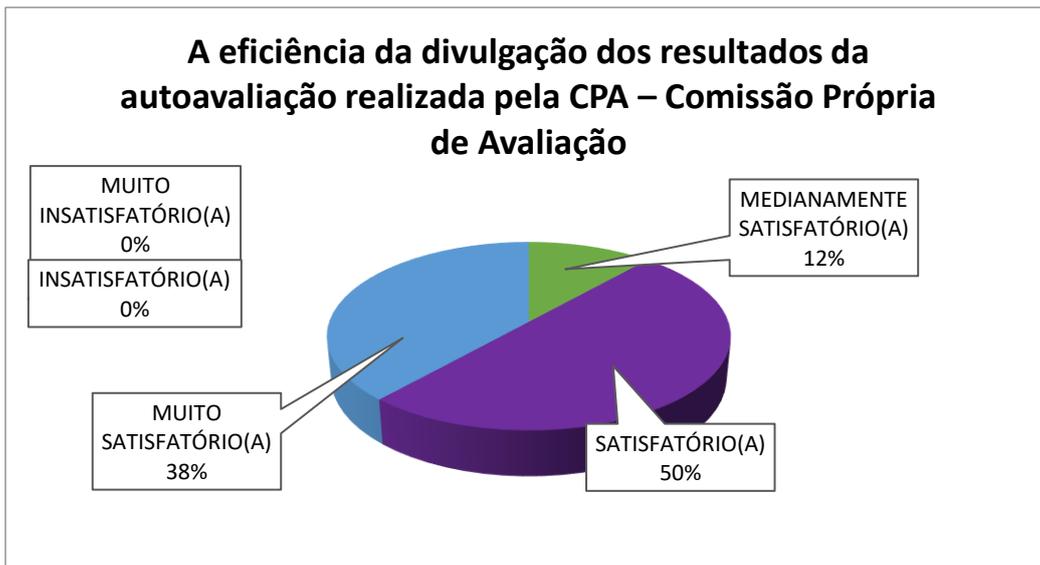


Gráfico 02: Docentes - A eficiência da divulgação dos resultados da autoavaliação realizada pela CPA

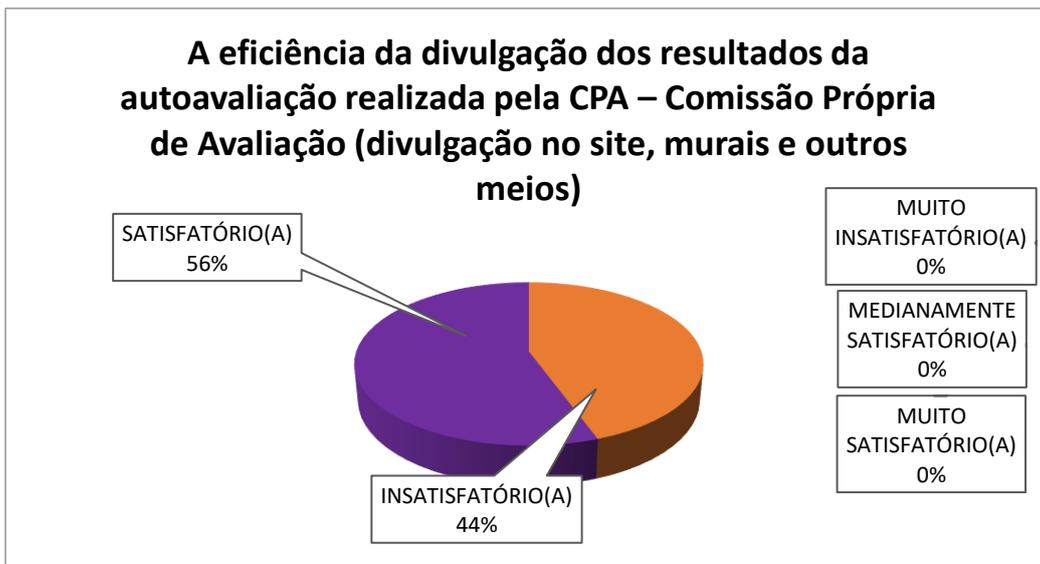


Gráfico 03: Técnicos-administrativos - A eficiência da divulgação dos resultados da autoavaliação realizada pela CPA

De acordo com o retorno dos respondentes, verifica-se que a eficiência na divulgação dos resultados e ações da CPA possui maior sucesso entre os docentes, todavia, entre funcionários técnicos administrativos e alunos possui uma menor efetividade, demandando ações organizadas pela Comissão para atingir maiores graus de satisfação.

Especificamente, em relação ao questionamento sobre “as ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA”, os respondentes assim se posicionaram:

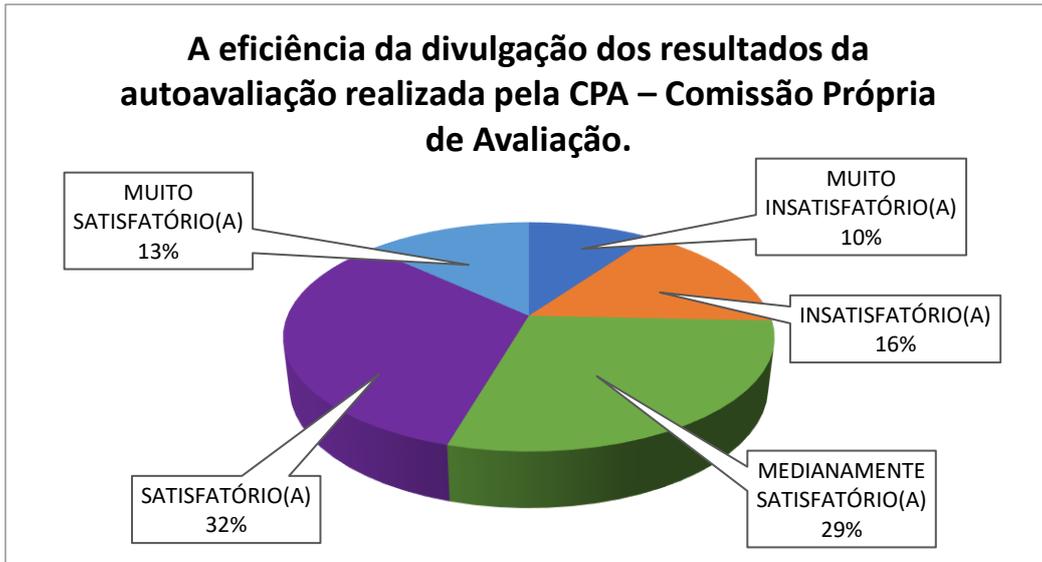


Gráfico 04: Discentes - ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA.

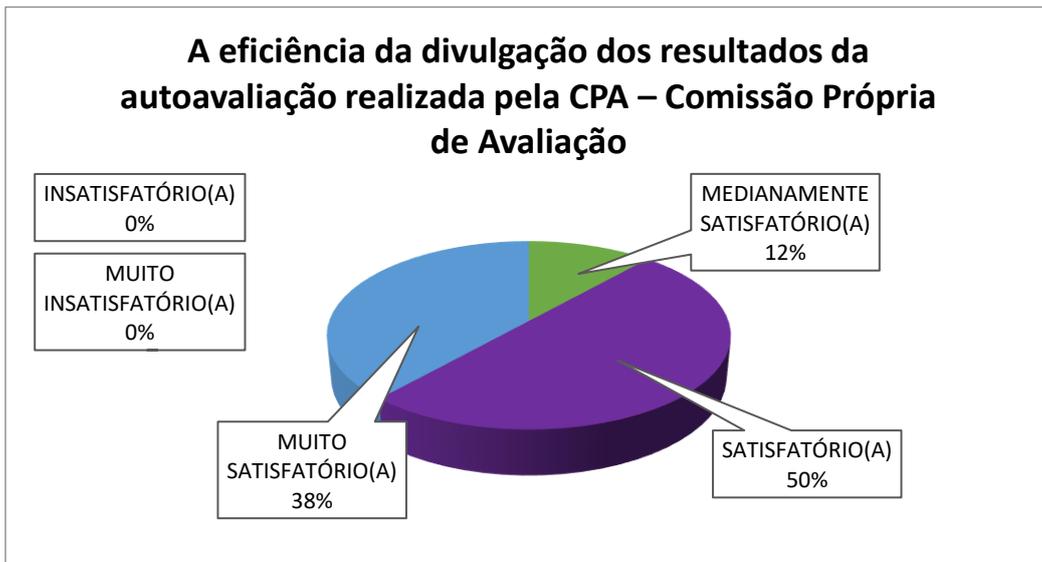


Gráfico 05: Docentes - ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA.

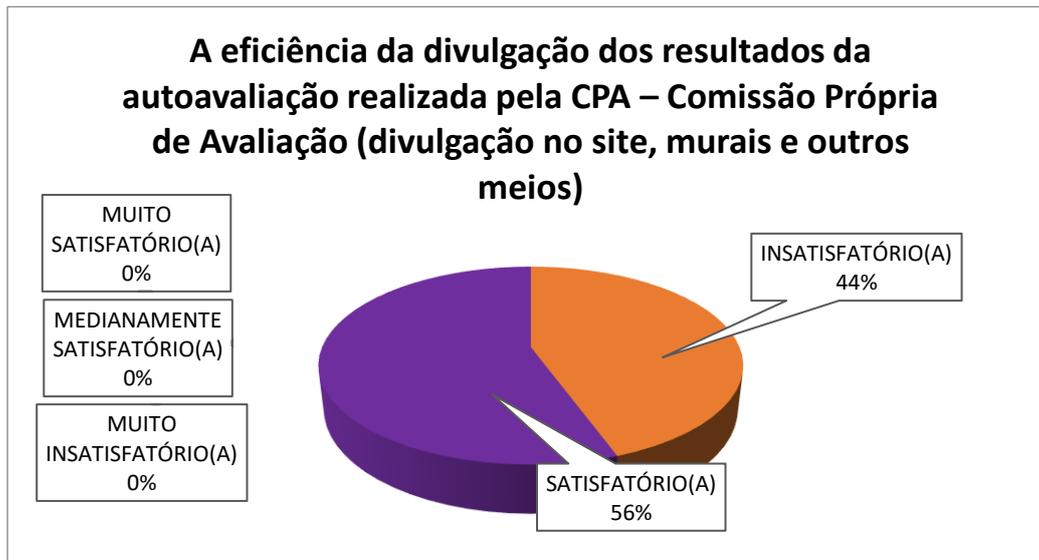


Gráfico 06: Técnicos Administrativos - ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA.

Verifica-se pelas informações coletadas que, apesar da fragilidade apresentada quanto à divulgação dos resultados da autoavaliação pela CPA junto aos discentes e técnicos administrativos, o mesmo não acontece em relação à materialização das demandas apresentadas nos questionários de autoavaliação. Segundo os alunos, professores e técnicos administrativos, há satisfação quanto as ações realizadas pela FADITU em função dos resultados obtidos nos questionários de autoavaliação respondidos à CPA, demonstrando que o público em geral da faculdade consegue perceber as ações implementadas em função das demandas manifestadas no questionário.

Apesar de aparentemente contraditório, a Comissão entende que há coerência nos resultados, haja vista que, apesar da visualização das melhorias implementadas em função das respostas dos questionários, os respondentes indicam como fragilidade a ampla divulgação dos resultados, cujos meios utilizados atualmente não satisfazem a grande maioria.

Para que isso seja satisfatório, há a necessidade diversificação e intensificação do processo de divulgação dos resultados e ações implementadas a partir do relatório de autoavaliação, de modo que haja um duplo atendimento às demandas pleiteadas pela comunidade: demonstração das potencialidades, fragilidades e ações propostas; e indicação das ações efetivamente realizadas em razão da autoavaliação.

Quadro 02 – Síntese de análise dos Indicadores do Eixo 1 – Fragilidades, Potencialidades e Ações Propostas pela CPA

Indicador	Fragilidades	Potencialidades	Ações
1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de estabelecimento de um histórico atualizado das ações realizadas pela IES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção da comunidade acadêmica sobre as ações efetivadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do Relato institucional ao Final do Triênio; • Viabilizar diversificados meios de divulgação das ações das melhorias proporcionadas por conta da autoavaliação.
1.2. Processo de autoavaliação institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização do relatório de autoavaliação como instrumento de gestão e ação institucional; • Melhor utilização dos resultados de avaliações externas no processo de gestão institucional; • sensibilização da comunidade acadêmica sobre o processo de autoavaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há regulamento e projeto de autoavaliação instituído, com ações sedimentadas; • Participação na CPA de segmentos representativos da Comunidade Interna: Institucional, docente, discente, funcionários técnicos-administrativos e comunidade externa (OAB). 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das práticas organizacionais da CPA; • Utilização de dados obtidos os processos regulatórios de avaliação externa e ENADE como insumos no processo de consolidação das autoavaliações ao final do triênio.
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de intensificar maior participação de docentes no processo de coleta de dados (resposta aos questionários). 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação expressiva dos estudantes no processo de coleta de dados (resposta aos questionários); • Composição da CPA privilegia igualmente todas as representações institucionais internas; • A comunidade externa é representada na CPA por membro pertencente da sociedade civil organizada de expressiva representação social (OAB). 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de meios alternativos (questionário em papel, questionário com respostas abertas, reuniões com grupos focais) e intensificar ações junto aso docentes para que todos (100%) respondam aos questionários da CPA.
1.4 Autoavaliação institucional e avaliações	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados da autoavaliação não perceptíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há a percepção da comunidade acadêmica acerca das melhorias proporcionadas na faculdade 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de divulgação dos resultados da autoavaliação: elaboração de relatório-síntese com os principais resultados para

<p>externas: análise e divulgação dos resultados</p>		<p>decorrente do processo de autoavaliação.</p>	<p>disponibilização em mídias de internet e vídeos informativos; realização de reunião com os representantes de turmas para discussão dos dados; apresentação dos resultados nas reuniões pedagógicas com os professores; participação técnica administrativa em reuniões específicas para discussão dos resultados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstrações das ações efetivamente realizadas em função da autoavaliação institucional: colocação de selos, “QR Code” e outras marcas em locais e produtos que foram objeto de ações decorrentes de propostas da CPA.
<p>1.5 Relatórios de autoavaliação</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Os relatórios de autoavaliação são postados tempestivamente no sistema e-MEC; • Elaboração de relatório síntese para divulgação à comunidade acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das práticas existentes.

4.2. Eixo 4 – Políticas de gestão

A Faculdade de Direito de Iturubá possui um total de 37 (trinta e sete) docentes, sendo que destes, 76% possuem titulação *stricto sensu* (18% doutores e 58% Mestres) e, 11% dos contratados são em regime de tempo parcial e 89% em regime horista.

Entre os colaboradores de apoio acadêmico e administrativo, a FADITU conta com 15 (quinze) funcionários técnicos administrativos, 11 (onze) colaboradores terceirizados e 5 (cinco) prestadores de serviço funcionais.

No ano de 2019 foi aprovado o novo Regimento Institucional da FADITU, cujo regulamento disciplina a estrutura, funcionamento e ações desenvolvidas no ambiente acadêmico. A aprovação dessa normativa proporcionou a atualização das normativas existentes, principalmente, adequando a instituição que oferecia um único curso de graduação à nova realidade de ofertante de outros cursos.

A partir do novo regimento institucional, houve a ampliação de integrantes representativos no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, principalmente com a participação de membro indicado pelos técnicos administrativos, além de docentes e coordenadores de cursos recém-criados. No mesmo sentido, houve maior participação nos outros colegiados: Colegiados de Curso (CC) e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE). Tanto para o CEPE quanto para os CC's houve eleições para as categorias representativas discentes, docentes e técnicos administrativos.

Outro substancial avanço obtido com a aprovação do novo regimento institucional foi a revisão das várias portarias existentes, incorporando muitas destas ao regimento e expedindo outras apenas para regulamentar procedimentos específicos. Nesse processo, houve ampla divulgação aos técnicos administrativos e docentes, por meio de palestras explicativas sobre as principais alterações e, aos alunos, através de postagem de materiais explicativos na área do aluno.

A aprovação do novo regimento demonstra uma preocupação dos gestores da IES com os objetivos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente (2017-2021), no qual, especificamente, destacam-se, **sob o**

aspecto administrativo, o *atingimento de níveis de administração eficiente e eficaz, que utiliza modernas ferramentas de gestão (Implementar a cultura do planejamento da gestão; estabelecer a obrigatoriedade do planejamento anual por setores; institucionalizar programas que deem consequência às políticas institucionais; assegurar a publicidade e a transparência das ações da FADITU; implementar a gestão de processos na FADITU)*, e **sob o aspecto da gestão acadêmica**, a *criação de altos diferenciais de qualidade na FADITU por meio da inovação (ensino aprendizagem, utilização de ferramentas tecnológicas), integração com a comunidade local e regional, empresa e organismos públicos como parte do processo pedagógico.*

Nesse mesmo sentido, as Políticas de Gestão também estão contempladas no PDI-FADITU (2017, p. 26):

- I. *Adoção dos princípios da Qualidade Total.*
- II. *Implementação da gestão por processos.*
- III. *Promoção de ações de alavancagem da instituição centrada no planejamento estratégico.*
- IV. *Intensificação da relação entre avaliação institucional, planejamento, gestão e controle.*
- V. *Expansão das ferramentas de comunicação interna e externa.*
- VI. *Expansão do uso das ferramentas de TI na gestão, para agilizar os processos acadêmicos, como: matrículas, requerimentos e históricos.*
- VII. *Políticas de segurança visando a preservação e a recuperação de normas e documentos institucionais, assim como de dados do corpo acadêmico*

Segundo esse mesmo documento (PDI-FADITU, 2017, p. 26):

O modelo de gestão adotado pela FADITU privilegia dois eixos principais: o acadêmico e o administrativo-financeiro. Para assegurar que estes eixos desenvolvam-se a contento, dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar poucos níveis hierárquicos na administração institucional. Tais níveis interagem para que haja eficiência e eficácia da gestão institucional.

De modo a constatar se as políticas de gestão e respectivos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional estão sendo desenvolvidos a contento pela FADITU, houve a consulta à comunidade acadêmica, por meio de questionário fechados, com gradação valorativa de satisfação (muito insatisfeito, insatisfeito, medianamente satisfeito, satisfeito e muito satisfeito) acerca do funcionamento dos diversos setores administrativos (Secretaria Acadêmica, Tesouraria, Recepção/ Telefonia, Setor de Tecnologia de Informação, Serviço de Limpeza e Portaria) e acadêmico (Coordenação de Curso e Direção Acadêmica), especificamente, em relação à organização, funcionamento, disponibilização de documentos e atendimento aos alunos. Também foi disponibilizado espaço para comentário gerais que cada respondente poderia realizar.

A partir da coleta das informações respondidas nos questionários eletrônicos especificamente formulados para cada um dos grupos (docentes, estudantes e funcionários técnicos administrativos) e compilação de dados realizados pela Comissão Própria de Avaliação, com a colaboração da equipe de Tecnologia de Informação da FADITU, foram obtidos os seguintes resultados, organizados nos gráficos abaixo que ora seguem:

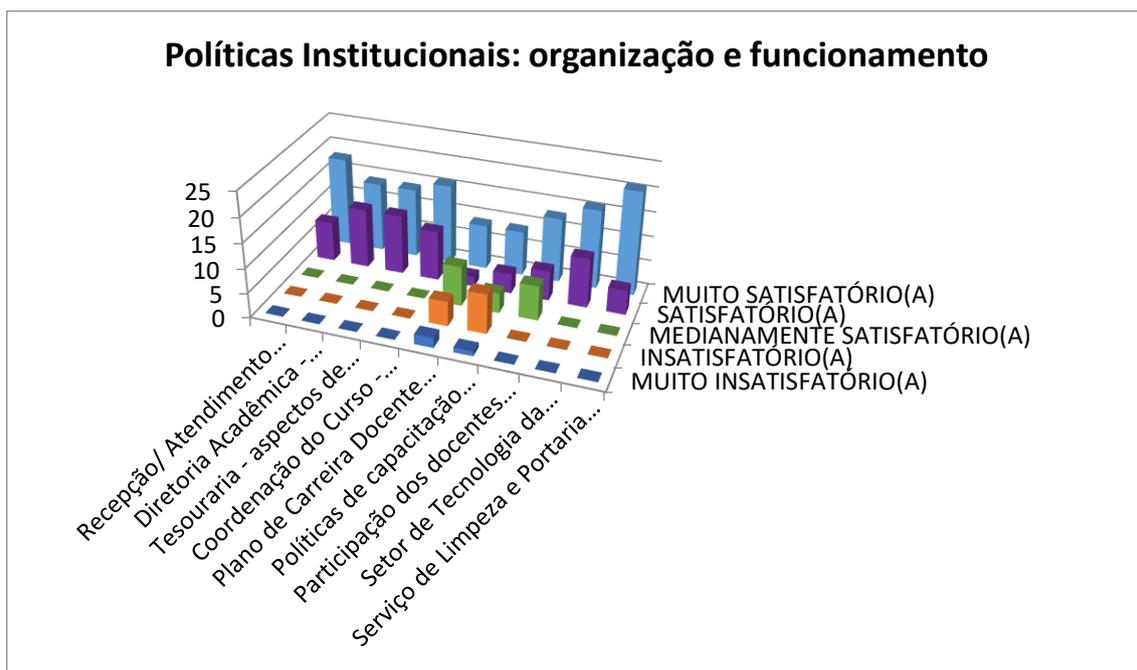


Gráfico 07: Docentes - Políticas Institucionais: organização e funcionamento.

Políticas de Gestão: organização e funcionamento

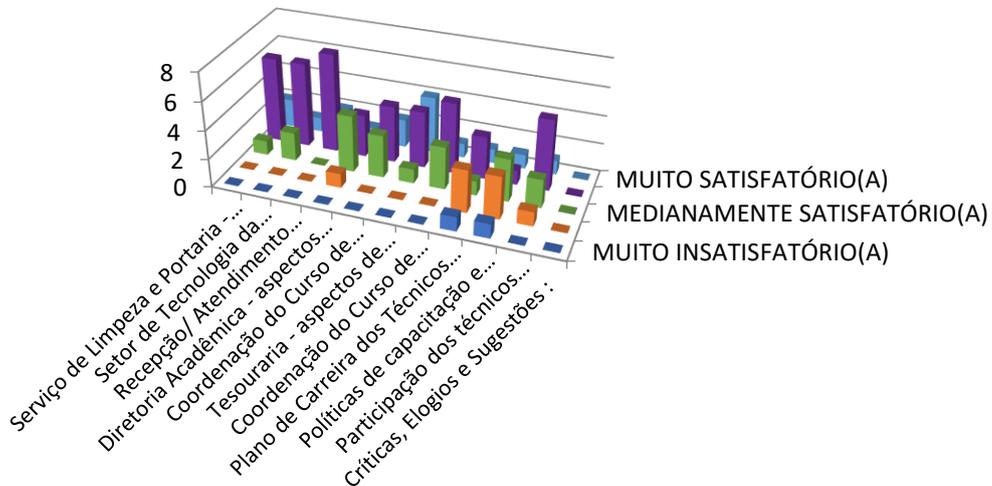


Gráfico 08: Técnicos Administrativos - Políticas Institucionais: organização e funcionamento.

Políticas de Gestão: organização e funcionamento

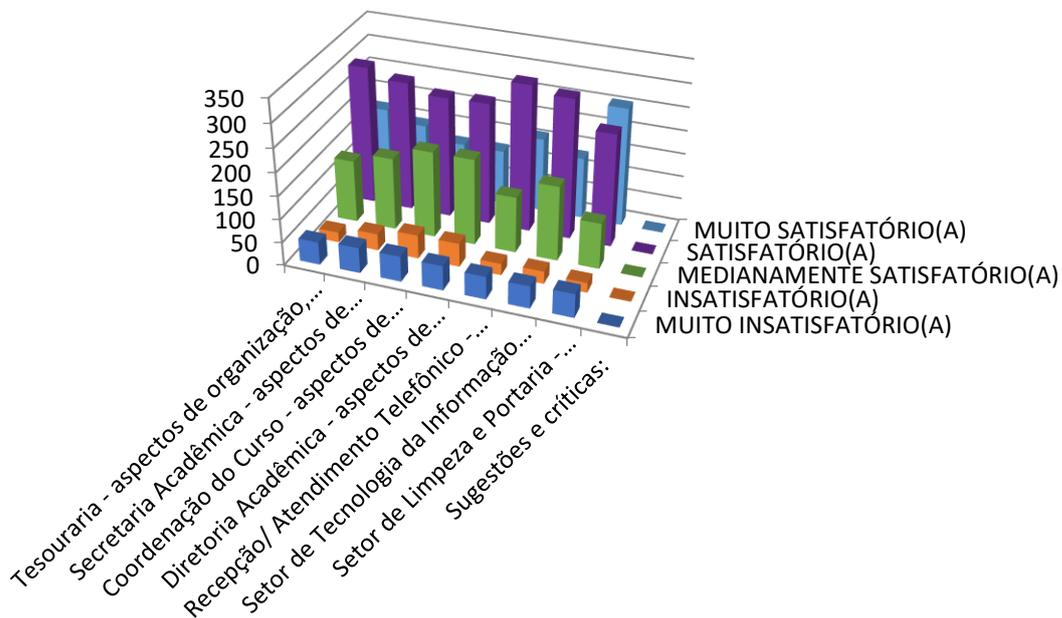


Gráfico 09: Estudantes- Políticas Institucionais: organização e funcionamento

As respostas aos questionários a respeito da organização e funcionamento da Instituição de Educação Superior trouxe valiosas informações da comunidade acadêmica que, confrontadas com as Políticas de Gestão Institucional constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente, traça

um panorama da efetividade das ações proposta e executadas pela faculdade na realização dos seus objetivos e metas institucionais.

Do ponto de vista dos docentes, verifica-se grande satisfação (índice de 100% entre satisfatória e muito satisfatória) com aspectos organizacionais e funcionais relacionados aos serviços de apoio relacionados à tecnologia de informação, recepção e atendimento telefônico, limpeza e portaria, assim como a as atividades desenvolvidas pela Diretoria Acadêmica e Coordenação de Curso. Houve também a constatação de uma avaliação satisfatória/muito satisfatória de 73,08% dos docentes em relação à participação nos órgãos colegiados. Os pontos frágeis apontados pelos docentes no processo de autoavaliação relacionam-se à Política de capacitação e formação docente, com 50% de respostas satisfatórias/muito satisfatórias, além do Plano de Carreira Docente, com apenas com 42,31% de conceitos satisfatório/muito satisfatório. Esses aspectos também foram relatados no campo comentários gerais por aproximadamente 40% dos respondentes.

Em relação aos técnicos administrativos, a Comissão Própria de Avaliação da FADITU apurou que, entre os itens que apresentaram indicativos positivo (satisfatório/ muito satisfatório) destacam-se: Serviço de Limpeza e Portaria (88,89%); Setor de Tecnologia da Informação (77,88%); Recepção/ Atendimento Telefônico (100%); Coordenação do Curso (66,57%); Tesouraria (88,88%); e Participação dos técnicos administrativos em órgãos colegiados (66,57%). Os pontos frágeis apontados pelos funcionários de apoio administrativo da faculdade relacionam-se aos quesitos: políticas de capacitação e formação profissional (incentivo à participação em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação), com conceito de apenas 22,22% entre satisfatório e muito satisfatório; e plano de carreira dos técnicos administrativos (divulgação, aplicação do enquadramento, estímulo ao desenvolvimento e permanência na carreira), com percentual de 44,44% de conceitos satisfatório e muito satisfatório.

Segundo apurado nessas duas categorias pertencentes à comunidade acadêmica – docentes e técnicos administrativos –, verificam-se os mesmos pontos críticos relacionados à aplicação das políticas de gestão relacionadas ao plano de carreira e ao incentivo à capacitação e formação profissional,

demonstrando, pelos resultados, que nesses dois aspectos a FADITU possui uma fragilidade que deve ser sanada. Há a necessidade de criação de ações que demandem melhor organização institucional, de modo a propiciar a reserva de recursos específicos para incentivo à qualificação e capacitação profissional, como também melhor comunicação dos critérios para obtenção desses benefícios, como também maior clareza quanto aos planos de carreira. Dos sete comentários realizados a respeito dos itens avaliados, houve grande destaque a ausência de uma comunicação eficaz em relação aos setores e a instituição em geral.

Quanto aos resultados obtidos dos questionários aplicados aos alunos, verifica-se que há uma demonstração de satisfação (satisfatório/muito satisfatório) em todos os itens avaliados, com destaque para os serviços desenvolvidos pela Tesouraria (69,26%), Secretaria Acadêmica (63,13%), , Recepção/Atendimento Telefônico (70,89%), Setor de Tecnologia da Informação – TI (64,78%), Setor de Limpeza e Portaria (74,48%). Apesar da avaliação positiva, os setores relacionados à Coordenação de Curso e Diretoria Acadêmica apresentaram menor índice entre quesitos avaliados pelos estudantes, apresentando, respectivamente, percentual de satisfatório e muito satisfatório 56,42% e 56,71%.

A análise dos índices apurados dos questionários respondidos pelos estudantes conduz à interpretação de que a execução das políticas de gestão, relacionadas ao funcionamento de setores estratégicos da instituição, atende as expectativas de grande parte dos alunos, principalmente em relação aos serviços de interesse direto. Todavia, nota-se que apesar da satisfação há espaços para melhora na comunicação de setores gerenciais (Diretoria Acadêmica e Coordenações de Cursos) com os alunos, de modo a proporcionar maior clareza das atividades desenvolvidas nesses dois órgãos estratégicos na gestão da Instituição de Educação Superior.

Para a análise dos indicadores relativos às políticas de gestão relacionadas à sustentabilidade financeira, conforme ajustado entre os membros da Comissão Própria de Avaliação, foi organizado um questionário específico, no formato de entrevista, a fim de que o gerente financeiro prestasse as

informações necessárias à dinâmica de planejamento e ações implementadas pela Faculdade de Direito de Itu no campo financeiro

Segundo as informações coletadas pela CPA, o orçamento está organizado de forma setorial, sob o argumento de possibilitar uma visão completa de todas as áreas pertencentes à gestão institucional. Esclarece que a elaboração do orçamento se dá a partir das demandas necessárias em cada setor, cujas diretrizes estão direcionadas à manutenção atual de toda a infraestrutura, além de investimentos para a constante melhoria dos projetos pedagógicos e do corpo docente. Perguntado sobre como ocorre o monitoramento e acompanhamento na distribuição dos recursos entre os setores, o gerente informou que é realizado através da contabilidade, onde são realizadas as análises e as tomadas de decisão.

Quanto às estratégias para captação de recursos, o gerente financeiro esclarece que se resumem no empenho de ações que resultem na captação de alunos, principalmente como marketing e constante aprimoramento do corpo docente, refletindo diretamente na qualidade do ensino prestado.

Quando perguntado sobre as formas de controle e avaliação financeira do orçamento, participação de segmentos colegiados e órgãos e como é constatada a necessidade e eficiência de sua aplicabilidade, o gerente financeiro respondeu, em linhas gerais, que:

- O orçamento possui controle vinculado à contabilidade, que através dos relatórios de receitas custos e despesas é possível medir a eficiência, identificando as demandas e possíveis ações para quaisquer adequações necessárias;
- Os responsáveis pela avaliação financeira da instituição são os mantenedores e gerente financeiro, através verificação criteriosa das informações orçadas, não havendo a participação de segmentos, conselhos ou representantes setoriais.

Em relação à questão formulada pela CPA acerca das formas do acompanhamento da aplicação do orçamento e a tomada de decisões, o entrevistado respondeu que essas ações são realizadas periodicamente pelos mantenedores e gerente financeiro, cujas ações são pautadas através das análises resultantes dos dados confrontados com a contabilidade.

Confrontadas as informações colhidas na entrevista com o gerente financeiro com aquelas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da FADITU, que versam sobre a sustentabilidade financeira da IES em relação ao desenvolvimento institucional e participação da comunidade interna contidas Plano de Desenvolvimento Institucional da FADITU, destacamos que há metas previstas que ainda não foram implementadas:

Quadro 03 – PDI: Recorte de Quadro de metas, estratégias e Indicador de Cumprimento

Meta	Estratégia	Indicador de cumprimento
Implementar a prática do planejamento setorial a partir do ano de 2018.	Solicitar aos setores e departamentos o planejamento de atividades e ações do ano subsequente, com previsão de custos, a ser entregue até 30 de outubro de cada ano, de modo a subsidiar a elaboração do orçamento anual.	Planejamento de todos os setores prontos e encaminhados para a Diretoria Geral até 30 de novembro de cada ano.
Realizar o acompanhamento permanente da execução do PDI a partir do primeiro semestre de 2017.	Analisar e discutir junto aos órgãos colegiados e comunidade acadêmica os relatórios anuais de autoavaliação realizado pela CPA, produzindo documento que direcione para o aprimoramento de ações necessárias ao atingimento das metas estabelecidas no PDI.	Análise, anualmente, dos relatórios de autoavaliação institucional, discussão dos resultados e produção de ações.

A meta estabelecida no PDI para *“implantação sobre a prática de planejamento setorial, tendo como estratégia “a utilização de Sistema de Gestão Acadêmica e Financeira que possibilite a criação de centros de custo por setor e por curso”* parece ter sido atendida parcialmente, haja vista que não há evidências claras de que houve, efetivamente, o *“planejamento de todos os setores prontos e encaminhados para a Diretoria Geral até 30 de novembro de cada ano”*.

Verifica-se que, em relação à sustentabilidade financeira há a necessidade de ações que possibilitem maior participação da comunidade acadêmica, por meio do seu órgão colegiado, que indique as necessidades de destinação orçamentária de recursos para setores estratégicos da instituição, responsáveis pelo desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tomando como base os objetivos e metas e ações estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 04 – Síntese de análise dos Indicadores do Eixo 4 – Fragilidades, Potencialidades e Ações Propostas pela CPA

Indicador	Fragilidades	Potencialidades	Ações
4.1. Titulação do corpo docente		<ul style="list-style-type: none"> • Alto índice de titulação stricto sensu. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de metas e incentivos aos docentes com lato sensu, para obtenção de título de mestre, através de regulamentos complementares ao Plano de Carreira, com o estabelecimento de critérios e recursos disponíveis.
4.2. Políticas de capacitação docente e formação continuada	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de Diretrizes claras sobre para realização de cursos de capacitação, conforme a necessidade institucional e demandas docentes; • Ausência de critérios objetivos para concessão de auxílios para participação em eventos (científicos, técnicos, artísticos ou culturais) e qualificação acadêmica (mestrado e doutorado); • Divulgação do Plano de Carreira Docente. 		<ul style="list-style-type: none"> • Revisar o Programa de Incentivo à Qualificação e Capacitação docente, destacando os critérios para obtenção e recursos disponíveis no orçamento anual; • Melhorar a divulgação de informações sobre a capacitação docente: criação “intranet” que reúna as informações exclusivas aos docentes em que sejam postadas informações sobre os incentivos à capacitação; • Elaborar uma palestra sobre o atual Plano de Carreira Docente com um profissional, que possa esclarecer as formas de progressão na carreira.
4.3. Políticas de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza quanto a oferta de cursos de capacitação profissional específicos solicitados por demanda. • Ausência de critérios objetivos para concessão de auxílios para cursos de qualificação (graduação e pós-graduação); 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos de capacitação para os técnicos administrativos: <ol style="list-style-type: none"> a) gestão institucional e acadêmica; b) normatização institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar o Programa de Incentivo à Qualificação e Capacitação, destacando os critérios para obtenção e recursos disponíveis no orçamento anual; • Melhorar a divulgação de informações sobre a capacitação dos técnicos administrativos: criação “intranet” que reúna as informações exclusivas aos docentes em que sejam postadas informações sobre os incentivos à capacitação;

	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos. 		<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar cursos específicos às demandas de trabalho do funcionário específicas por setor; • Elaboração e divulgação de Plano de Carreira, realizando uma orientação técnica a todos os técnicos administrativos (palestra) de modo a esclarecer o enquadramento e as formas de progressão na carreira.
4.5. Processos de gestão institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das decisões colegiadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do Regimento Institucional; • Eleição para membros representativos dos órgãos colegiados; • Estabelecimento de calendário administrativo institucional; • Frequência das reuniões de colegiados institucional (CEPE) e de Cursos (CC e NDE). 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da organização funcional dos órgãos colegiados; • Publicar as Atas de reuniões dos órgãos colegiados em espaço eletrônico interno da faculdade, para acesso aos alunos, professores, gestores e técnicos administrativos.
4.7. Sustentabilidade financeira: <u>relação com o desenvolvimento institucional</u>	<ul style="list-style-type: none"> • O PDI é utilizado como fonte secundária para formulação do orçamento; • Necessidade de ampliação e fortalecimento das fontes captadoras; • Ausência de indicadores de metas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da prática de planejamento setorial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão das metas do PDI alinhadas ao atual cenário financeiro da faculdade; • Estudo para criação de novos cursos (graduação, pós-graduação e extensão), segundo demandas na região, visando criação de novas fontes; • Elaboração de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis e o estabelecimento de indicadores de eficiência/realização das metas.

<p>4.8. Sustentabilidade financeira: <u>participação da comunidade interna</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de organização orçamentária por setores estratégicos na IES; • Definição de processos/procedimentos para liberação de recursos, segundo estudos baseados no relatório de autoavaliação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão do orçamento junto ao CEPE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de fluxos processuais que privilegiem a discussão orçamentária junto à comunidade acadêmica, através do conselho que a represente (CEPE), com a definição das necessidades institucionais baseadas no PDI, de modo a atender setores estratégicos da faculdade relacionados ao ensino, pesquisa e extensão; • Organização de reuniões anuais entre a mantenedora, CPA e gestores acadêmicos e institucionais para elaboração de propostas de ações institucionais baseadas nos resultados da autoavaliação e PDI objetivos, metas e ações).
---	--	---	--

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados decorrentes do processo de autoavaliação institucional em 2019, materializado neste relatório parcial, verifica-se que os princípios democráticos previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foram respeitados, garantindo-se à comunidade acadêmica a manifestação acerca dos itens avaliados.

O processo de autoavaliação decorre não só da vontade da instituição de educação superior na busca pela melhoria da qualidade da educação ofertada, mas também da participação coletiva de toda comunidade que, ao mesmo tempo que contribuem, tornam-se sujeitos de transformação e responsáveis pelas mudanças que se implementam.

A efetividade dos resultados projetados neste relatório de autoavaliação somente alcançará seus fins se houver o compromisso pela transformação, materializado pelos gestores institucionais, e a crescente participação da comunidade acadêmica na análise e crítica de todos os aspectos abrangidos nos eixos de avaliação.

Para tanto, o compartilhamento dessas informações à comunidade e a utilização das informações contidas neste relatório parcial servem de insumos para a gestão democrática da IES, bem como a elaboração de um Planejamento Estratégico Institucional em sintonia com as aspirações e desejos de todos que compõem a comunidade acadêmica.

Itu, 25 de março de 2020

Ailton Bueno Scorsoline

Rui Luiz Lourensetto Jr. Maria Ap. Rosa da Luz Benedetti

Beatriz Muracami A. Francischinelli

Alessandro Cardoso de Sá